

materiais são, por excelência, susceptíveis de interagir causalmente com outros objectos, igualmente concretos, de figurar em eventos que são causas ou efeitos de outros eventos. Um problema com o parâmetro III é o de que determinados pontos de vista atribuem certos poderes causais, designadamente aqueles que são requeridos para efeitos de explicação científica, a objectos abstractos como propriedades. Esta objecção milita contra a necessidade do parâmetro III, não contra a sua suficiência. *Ver também* PROPRIEDADE, NOMINALISMO. JB

Armstrong, D. 1977. *A World of States of Affairs*. Cambridge: Cambridge University Press.

Quine, W. V. O. 1948. Sobre o que Há. Trad. J. Branquinho in *Existência e Linguagem*. Lisboa: Presença, 1990.

absurdo, redução ao *Ver* REDUCTIO AD ABSURDUM.

absurdo, símbolo do *Ver* SÍMBOLO DO ABSURDO.

acessibilidade (ou possibilidade relativa) Noção central da semântica dos mundos possíveis de Saul Kripke. A ideia intuitiva é que nem tudo o que é possível em termos absolutos é possível relativamente a toda e qualquer circunstância; ou seja, uma dada proposição pode ser possível mas não ser necessário que seja possível. Por exemplo, é possível viajar mais depressa do que o som, dadas as leis da física. Mas talvez nos mundos possíveis com leis da física diferentes não seja possível viajar mais depressa do que o som.

A acessibilidade, ou possibilidade relativa, é uma relação entre mundos possíveis. Um mundo w' é acessível a partir de um mundo w (ou um mundo w' é possível relativamente a w) quando qualquer proposição verdadeira em w' é possível em w . Intuitivamente, w vê w' . Assim, seja p «Alguns objectos viajam mais depressa do que o som». Esta é uma verdade no mundo actual. Mas se p não for possível noutro mundo possível, o mundo actual não é

acessível a esse mundo possível. Nesse caso, $\Diamond p$ é verdadeira, mas $\Box \Diamond p$ é falsa porque $\Diamond p$ não é verdadeira em todos os mundos possíveis.

Esta noção permite sistematizar as diferenças entre as várias lógicas modais. Se definirmos a acessibilidade entre o mundo actual e os outros mundos possíveis como reflexiva, obtemos o sistema T; se a definirmos como reflexiva e transitiva, obtemos S4; se a definirmos como reflexiva e simétrica obtemos B; se a definirmos como reflexiva, transitiva e simétrica, obtemos S5. A acessibilidade é uma noção puramente lógica e não epistémica. *Ver também* LÓGICA MODAL, SISTEMAS DE; FÓRMULA DE BARCAN. DM

Forbes, G. 1985. *The Metaphysics of Modality*. Oxford: Clarendon Press.

Kripke, S. 1963. Semantical Considerations on Modal Logic. *Acta Philosophica Fennica* 16: 83–94. Reimpresso em Leonard Linsky, org., *Reference and Modality*. Oxford: Oxford University Press, 1971.

accidental, propriedade *Ver* PROPRIEDADE ESSENCIAL / ACIDENTAL.

accidente *Ver* PROPRIEDADE ESSENCIAL / ACIDENTAL.

accidente, falácia do *Ver* FALÁCIA DO ACIDENTE.

acontecimento Um acontecimento (ou evento) é algo que ocorre, toma lugar, ou acontece, numa determinada região do espaço ao longo de um determinado período de tempo. Deste modo, exemplos de acontecimentos são a erupção do Etna, a corrida de Rosa Mota quando venceu a maratona olímpica, a dor de barriga de Jorge Sampaio, a irritação de Soares quando um jornalista lhe fez uma pergunta, a Batalha de Aljubarrota, o naufrágio do Titanic, o casamento de Édipo com Jocasta, o assassínio de Júlio César por Bruto, a partida de xadrez entre Kasparov e o computador Deep Blue, etc. Os acontecimentos tanto podem ser instantâneos ou de curta duração, como é o caso do meu

acontecimento

presente erguer do braço direito para chamar um táxi ou de uma elocução por alguém da expressão «Arre!», como de longa duração, como é o caso da tomada de Constantinopla pelos Turcos.

A palavra «acontecimento» é, como a palavra «palavra», ambígua entre uma interpretação em que é tomada no sentido daquilo a que é usual chamar «acontecimento-tipo», e uma interpretação em que é tomada no sentido do que é usual chamar «acontecimento-espécime» (*ver* TIPO/ESPÉCIME). Acontecimentos-tipo são entidades universais, no sentido de repetíveis ou exemplificáveis, e abstractas, no sentido de não localizáveis no espaço-tempo. Acontecimentos-tipo são, por exemplo, a Maratona Anual de Bóston e o Grande Prémio de Portugal de F1; ou seja, aquilo que todas as realizações da maratona na cidade de Bóston em cada ano têm em comum, respectivamente aquilo que todas as corridas de bólides de F1 que tomam lugar no autódromo do Estoril em cada ano têm em comum. Assim, um tipo de acontecimento pode ser visto como simplesmente uma certa classe de acontecimentos específicos (ou, se preferirmos, uma certa propriedade de acontecimentos específicos); dizer que o Grande Prémio de Portugal de F1 vai deixar de ter lugar é o mesmo que dizer que, a partir de uma certa ocasião futura, a classe de acontecimentos específicos identificada com esse acontecimento-tipo deixará de ter mais elementos, pelo menos elementos actuais (ou, se preferirmos, que a propriedade de acontecimentos específicos com ele identificada deixará de ser exemplificada, pelo menos por acontecimentos actuais). Acontecimentos-exemplar são por sua vez entidades particulares, no sentido de irrepetíveis ou não exemplificáveis, e concretas, no sentido de datáveis e situáveis no espaço; exemplos de acontecimentos-espécime são pois uma edição particular, por exemplo, a edição de 1995, do Grande Prémio de Portugal de F1 e a edição de 1997 da Maratona de Bóston. Naquilo que se segue, e dado que a discussão filosófica sobre acontecimentos procede assim em geral, tomamos o termo «acontecimento»

apenas no sentido de acontecimento-exemplar.

Outra maneira de classificar acontecimentos consiste em distinguir entre acontecimentos gerais e acontecimentos particulares. Esta distinção está longe de ser precisa, e o mesmo acontece com as distinções que se lhe seguem; mas o recurso a ilustrações é suficiente para dar uma ideia geral daquilo que se pretende. Quando, no contexto de um jogo, por exemplo, todas as pessoas vestidas de vermelho correm atrás de uma (pelo menos uma) pessoa vestida de azul, aquilo que temos é um acontecimento (puramente) geral; de um modo aproximado, dizemos que um acontecimento é (puramente) geral quando a sua descrição não envolve a presença de quaisquer termos singulares, isto é, de quaisquer dispositivos de identificação de objectos particulares. Quando, no contexto de um jogo às escondidas desenrolado em São Bento, por exemplo, Marques Mendes corre atrás de António Vitorino, aquilo que temos é um acontecimento particular. Por outro lado, é também possível classificar acontecimentos em acontecimentos simples e acontecimentos complexos. Quando, por exemplo, Carlos e Carolina sobem a colina numa certa ocasião, ou quando Pedro ou Paulo disparam sobre Gabriel, ou ainda (mais controversamente) quando Carolina não sobe a colina, aquilo que temos são acontecimentos complexos (os quais, por sinal, são também particulares); de um modo aproximado, dizemos que um acontecimento é complexo quando a sua descrição envolve a presença de pelo menos um operador frásico ou CONECTIVO (uma frase como «Carlos e Carolina esmurraram-se» não contém uma referência a um acontecimento complexo nesse sentido, pois a conjunção não ocorre aí como operador frásico). Quando, por exemplo, o mais alto espião do mundo (quem quer que seja) dispara sobre o mais baixo filósofo português (quem quer que seja), aquilo que temos é um acontecimento simples (o qual, por sinal, é também um acontecimento geral; supomos, evidentemente, que descrições definidas em uso ATRIBUTIVO não são dispositivos de referência singular). No entanto, há quem não

queira admitir de forma alguma certos géneros de acontecimentos complexos, em especial putativos acontecimentos negativos como a não subida da colina por Carolina. Em todo o caso, é ainda possível distinguir entre acontecimentos actuais e acontecimentos meramente possíveis. Os primeiros são acontecimentos que ou ocorreram, ou estão a ocorrer, ou virão a ocorrer. Os segundos são acontecimentos que nem ocorreram, nem estão a ocorrer, nem virão a ocorrer; mas que poderiam ter ocorrido, ou poderiam estar a ocorrer, ou poderiam vir a ocorrer. Suponha-se que nunca atravessei até ao momento, nem virei a atravessar no futuro, o rio Tejo a nado; então a minha travessia do Tejo a nado é um exemplo de um acontecimento meramente possível. Todavia, mais uma vez, há também quem não admita de forma alguma acontecimentos meramente possíveis, e apenas considere como um acontecimento algo que de facto ocorreu, está a ocorrer, ou virá a ocorrer; ou seja, há quem defenda a ideia de que só os factos, isto é, os ESTADOS DE COISAS actuais, são acontecimentos. Finalmente, é também possível dividir os acontecimentos em acontecimentos contingentes e acontecimentos não contingentes. Um acontecimento contingente é simplesmente um acontecimento que ocorreu, mas que poderia não ter ocorrido (se as coisas tivessem sido outras); por exemplo, a dor no calcanhar esquerdo que senti ontem à tarde é um acontecimento contingente: num mundo possível certamente melhor do que este ela não existiria. Um acontecimento não contingente é simplesmente um acontecimento que, não só ocorreu, como também não poderia não ter ocorrido (por muito diferentes que as coisas tivessem sido); para muitos deterministas, fatalistas e pessoas do género, certos factos históricos (por exemplo, a Batalha das Termópilas) são acontecimentos não contingentes. De novo, há quem não admita de forma alguma acontecimentos não contingentes, pelo menos no que diz respeito ao caso de acontecimentos simples, e quem defenda a ideia de que só os factos contingentes são acontecimentos.

Entre outras razões, o tópico dos aconteci-

mentos é de grande importância para a filosofia, e em particular para a metafísica, porque a relação de causalidade é normalmente considerada como uma relação que tem acontecimentos como *relata*. Quando, por exemplo, se diz que o gato acordou porque o Manuel bateu com a porta, ou que o bater da porta pelo Manuel causou o acordar do gato, é plausível ver a relação causal como uma relação entre dois acontecimentos: um acontecimento que é uma causa (o bater da porta) e um acontecimento que é um seu efeito (o acordar do gato). Para obtermos uma concepção adequada acerca da natureza da causalidade, precisamos assim, presumivelmente, de dispor de uma noção apropriada de acontecimento. De particular relevância para a actual filosofia da mente é o problema da causalidade mental, em especial a questão da aparente existência de relações causais entre, de um lado, acontecimentos mentais (não observáveis) e, do outro, comportamentos e acções (acontecimentos observáveis). Por exemplo, *prima facie* existe uma conexão causal entre o meu pensamento ocorrente de que vai chover daqui a pouco (um acontecimento mental), tomado em conjunto com o meu desejo ocorrente de não me molhar (outro acontecimento mental), e um determinado acontecimento físico, o qual pode ser descrito como consistindo em eu ir buscar um impermeável ao armário; é natural dizer-se que, dada a presença daquele desejo, a ocorrência do pensamento em questão é uma causa de um tal comportamento. Outra razão pela qual o tópico dos acontecimentos é central para a metafísica e para a filosofia da mente reside no facto de o PROBLEMA DA MENTE-CORPO ser muitas vezes formulado num vocabulário de acontecimentos. Em particular, as identidades psicofísicas defendidas pelo FISCALISMO são frequentemente formuladas em termos de acontecimentos e propriedades de acontecimentos: segundo o fiscalismo tipo-tipo, propriedades de acontecimentos mentais, por exemplo, a propriedade de ser uma dor, são identificadas com propriedades de acontecimentos físicos (no cérebro), por exemplo, a propriedade de ser um disparar

acontecimento

de um dado neurónio; segundo o fisicalismo exemplar-exemplar, acontecimentos mentais específicos, por exemplo, a dor de dentes que uma pessoa sente numa certa altura, são identificados com acontecimentos físicos específicos, por exemplo, o disparar de um dado neurónio no cérebro dessa pessoa nessa ocasião.

Os tópicos centrais da filosofia dos acontecimentos, um segmento importante da metafísica, são os seguintes (os quais não são certamente independentes entre si):

- a) *O problema da existência*: Existem de facto acontecimentos? Será que precisamos de admitir tal categoria de entidades na nossa ontologia?
- b) *O problema da identidade*: Quine ensinou-nos que não há entidade sem identidade. O que são então acontecimentos? Como é que se individualizam e contam acontecimentos? Em particular, quando é que temos um acontecimento e não dois?

Em relação à questão da existência, uma conhecida linha de argumentação introduzida por Davidson (1980) pretende estabelecer a necessidade da admissão de acontecimentos na nossa ontologia a partir de observações acerca da forma lógica correcta para um determinado fragmento de frases de uma língua natural. A ideia é pois a de que uma porção importante do nosso esquema conceptual estaria comprometida com a existência de acontecimentos. As frases em questão são paradigmaticamente frases que contêm verbos de acção. Tome-se para o efeito a frase «Claudia Schiffer caiu aparatosamente na cozinha». Suponha-se, o que é bem razoável, que muitas frases deste género (incluindo esta) são verdadeiras. Então, *grosso modo*, há duas pretensões que são avançadas a seu respeito. A primeira é a de que a forma lógica destas frases é aquela propriedade das frases que é *inter alia* responsável pelo seu papel inferencial, pela sua posição numa certa estrutura de inferências válidas. Assim, a forma lógica da frase «Claudia Schiffer caiu aparatosamente na cozinha» tem de ser tal que seja em virtude dela que, por exemplo, a frase seguinte é uma sua consequência lógica: «Claudia Schiffer caiu». Com base

num determinado género de inferência para a melhor explicação, Davidson e outros argumentam em seguida que a melhor maneira (senão mesmo a única!) de acomodar a validade intuitiva de inferências daquele tipo é atribuir a uma frase como «Schiffer caiu aparatosamente na cozinha» a forma lógica de uma quantificação existencial sobre acontecimentos do seguinte género (ignoro certas complicações irrelevantes): $\exists e (e \text{ é uma queda} \wedge e \text{ foi dada por Schiffer} \wedge e \text{ foi aparatosamente} \wedge e \text{ ocorreu na casa de banho})$. A variável e toma valores num domínio de acontecimentos (no sentido de acontecimentos-exemplar), e a modificação adverbial é interpretada como consistindo em predicados de acontecimentos. Através de lógica elementar, segue-se a conclusão $\exists e (e \text{ é uma queda} \wedge e \text{ foi dada por Schiffer})$, a qual é (simplificadamente) a regimentação da frase «Schiffer caiu». A segunda pretensão consiste simplesmente na aplicação do critério de COMPROMISSO ONTOLÓGICO de Quine, e na constatação de que, de maneira a que as afirmações daquele género possam ser verdadeiras, é necessário que entidades como acontecimentos estejam entre os valores das variáveis quantificadas. Por conseguinte, existem acontecimentos; ou antes, o nosso esquema conceptual (a «teoria» incorporada na nossa linguagem) diz que há acontecimentos.

Apesar deste género de argumento ser bastante influente, há quem não se deixe impressionar. Com efeito, pode-se simplesmente ser céptico em relação a quaisquer inferências que pretendam ir de considerações linguísticas, de observações acerca da forma lógica de certas frases, para conclusões metafísicas; em especial, pode-se ser em geral céptico em relação à doutrina davidsoniana de que uma identificação das propriedades centrais da linguagem nos dá uma identificação das características centrais da realidade. Por outro lado, e mais modestamente, é sempre possível objectar à análise lógica particular proposta para frases com verbos de acção e resistir assim à inferência associada para a melhor explicação; ou pode-se simplesmente rejeitar o próprio critério de EXISTÊNCIA de Quine. Todas estas linhas de oposição são, natural-

mente, possíveis. Mas não se segue, naturalmente, que elas sejam plausíveis; e o certo é que, tanto na filosofia da mente e da linguagem como na semântica linguística e em outras disciplinas, a introdução de acontecimentos tem-se revelado extremamente vantajosa do ponto de vista teórico (Parsons 1990).

Quanto ao problema da identidade, a questão de saber que género de coisas são acontecimentos, é possível distinguir na recente filosofia dos acontecimentos dois pontos de vista principais. Num desses pontos de vista, subscrito por Davidson e outros, os acontecimentos são particulares concretos, entidades no espaço-tempo, semelhantes em muitos aspectos a objectos materiais. Assim, um e o mesmo acontecimento pode ser identificado através de uma diversidade de descrições. Considere-se, por exemplo, aquilo que aconteceu no senado romano, durante os idos de Março, e que envolveu Bruto e César. O acontecimento em questão tanto pode ser identificado através da descrição definida «O assassinio de César por Bruto» como através da descrição «O esfaquear de César no peito por Bruto»; estas descrições de acontecimentos, bem como outras descrições apropriadas, são correferenciais, designam o mesmo acontecimento (no sentido de acontecimento-exemplar, claro). E isto acontece de um modo análogo ao modo pelo qual um e o mesmo objecto material, por exemplo, Vénus, pode ser identificado através do uso de um género de descrições correferenciais («A Estrela da Manhã», «A Estrela da Tarde», etc.) A ideia geral é a de que a identidade de um acontecimento, aquilo que um acontecimento é, é determinado pela posição particular que o acontecimento ocupa no espaço e pelo intervalo particular de tempo ao longo do qual ocorre; ou seja, a propriedade de ter uma determinada localização espaço-temporal é uma propriedade constitutiva de cada acontecimento. Considere-se, por exemplo, o meu presente erguer do braço esquerdo; então qualquer erguer do meu braço esquerdo que ocorra numa ocasião diferente é um acontecimento diferente (por muito qualitativamente idêntico

que seja àquele acontecimento). *Grosso modo*, o princípio de individuação de acontecimentos aqui sugerido é o seguinte: *e* e *e'* são o mesmo acontecimento (acontecimento-exemplar) se, e só se, *e* e *e'* ocupam exactamente a mesma região do espaço durante exactamente o mesmo período de tempo. Uma vantagem deste ponto de vista é a de que, assim concebidos, os acontecimentos são entidades adequadas para desempenhar o papel de *relata* da relação de causalidade; pois é natural ver esta relação como uma relação entre particulares concretos no mundo. Mas este ponto de vista tem sido criticado com base no facto de discriminar entre acontecimentos de uma maneira que não é suficientemente fina. Suponha-se que numa certa ocasião espirro, e que, simultaneamente, ergo o braço direito. Em seguida, um táxi pára para eu entrar. É o meu espirro o mesmo acontecimento do que o meu erguer do braço direito? Se sim, então, supondo que ter certos efeitos (bem como ter certas causas) é uma característica de cada acontecimento, seríamos obrigados a dizer que o meu espirro causou a paragem do táxi. Ora, isto não parece estar correcto. Presumivelmente, diríamos que o táxi parou porque ergui o braço, mas não diríamos que o táxi parou porque espirrei. E, supondo que quando o táxi pára alguém diz «Santinho!», diríamos que esta elocução teve lugar porque espirrei e não porque ergui o braço.

Num ponto de vista diferente, subscrito por Jaegwon Kim e outros, os acontecimentos são particulares abstractos, entidades mais semelhantes a PROPOSIÇÕES do que a objectos materiais. Uma posição habitual nesse sentido consiste em identificar acontecimentos com estados de coisas, ou seja, com exemplificações de ATRIBUTOS por sequências de objectos em ocasiões dadas. No caso mais simples, o caso de acontecimentos como a subida da colina por Carolina numa certa altura, um acontecimento seria simplesmente identificado com a exemplificação de uma propriedade, a propriedade de subir a colina, por um indivíduo, Carolina, numa ocasião. Na notação de conjuntos, é habitual representar estados de coisas como *n*-

acto compromissivo

tuplos ordenados de $n-1$ objectos e um atributo (com n maior ou igual a 2); assim, por exemplo, o acontecimento que consistiu no assassinio de César por Bruto numa certa ocasião t pode ser identificado com o estado de coisas representado pelo quádruplo ordenado <Bruto, César, *assassinar*, t > (em que *assassinar* é o atributo diádico de assassinar). Obtemos assim um princípio de individuação de acontecimentos bastante mais fino do que o *supra* proposto. *Grosso modo*, *e* e *e'* são o mesmo acontecimento quando, e somente quando, o mesmo atributo é exemplificado pelos mesmos objectos na mesma ocasião. Por conseguinte, à luz do princípio, o casamento de Édipo com Jocasta e o casamento de Édipo com a sua mãe constituiriam um e um só acontecimento, identificado através do quádruplo ordenado <Édipo, Jocasta, *casar*, t > (em que *casar* é a relação de casar). Todavia, em contraste com o ponto de vista anterior, a proposta impõe restrições severas sobre as descrições que podem ser usadas correctamente para identificar um dado acontecimento. Por exemplo, o nosso acontecimento do senado romano já não pode ser indiferentemente especificado através das descrições «O assassinio de César por Bruto» e «O esfaquear de César por Bruto»; ou seja, não temos aqui um acontecimento, mas dois: um, representado pelo quádruplo ordenado <Bruto, César, *assassinar*, t >; o outro, pelo quádruplo <Bruto, César, *esfaquear*, t > (supõe-se, natural e razoavelmente, que os atributos diádicos *assassinar* e *esfaquear* são atributos distintos). Uma vantagem deste ponto de vista é discriminar onde é razoável discriminar. Por exemplo, permite distinguir entre o acontecimento que consiste no meu espirro e o acontecimento que consiste no meu erguer do braço esquerdo (propriedades distintas, acontecimentos distintos); logo, o ponto de vista acomoda a aparente intuição no sentido de dizer que o segundo acontecimento, mas não o primeiro, causou a paragem do táxi. Mas o ponto de vista tem sido criticado com base no facto de, em relação a certos casos, discriminar entre acontecimentos de uma maneira demasiadamente fina. Por outro lado,

é difícil ver como é que, concebidos como particulares abstractos, acontecimentos podem ser entidades adequadas para desempenhar o papel de *relata* da relação de causalidade. JB

Bennett, J. 1988. *Events and Their Names*. Oxford: Blackwell.

Davidson, D. 1980. *Essays on Actions and Events*. Oxford: Oxford University Press.

Horgan, T. 1978. The Case Against Events. *Philosophical Review* LXXXVII: 28–37.

Kim, J. 1976. Events as Property Exemplifications. In M. Brand e D. Walton, orgs., *Action Theory*. Dordrecht: Reidel.

Parsons, T. 1990. *Events in the Semantics of English*. Cambridge, MA: MIT Press.

Strawson, P. F. 1959. *Individuals*. Londres: Methuen.

acto compromissivo Na taxonomia de John Austin, os actos compromissivos formam uma subclasse dos ACTOS DE FALA ilocutórios comunicativos. Exemplos típicos são as promessas, as ofertas e as apostas.

acto constativo Na taxonomia de John Austin, os actos constativos formam uma subclasse dos ACTOS DE FALA ilocutórios comunicativos. Exemplos típicos são as asserções, as previsões e as respostas.

acto de fala J. L. Austin, em *How to do Things with Words*, analisa os actos que consistem na elocução de certas sequências de palavras numa língua natural — os quais são por isso usualmente designados de «actos de fala». A teoria dos actos de fala de Austin parte da observação de que existem frases nas línguas naturais que, apesar da sua aparência gramatical de frases declarativas indicativas, não podem ser consideradas como fazendo ASSERÇÕES. Exemplos de tais frases são «Quero convidá-la (a si) para ir ao cinema esta noite», ou «Prometo entregar o material dentro do prazo» ou ainda «Aposto que o Benfica perde nas Antas», proferidas por alguém num contexto conversacional qualquer. O facto de tais frases, apesar da sua forma gramatical assertórica, não